Região AÇORES
Nº 62
Ano XII
Março/Abril 2011

SPRA INFORMAÇÃO

SPRA em eleições para triénio 2011/2014. Consulte o Regulamento Eleitoral. *Pág.12*

SREF apresenta proposta inaceitável de Carreira Docente

FICHA TÉCNICA

Director de Redacção: Belarmino Ramos
Redacção: Fernando Vicente, António Lucas, Nuno Maciel, Graça Silveira.
Projecto Gráfico: Jorge Esteves
Paginação e Tratamento Gráfico: Fernando Vicente
Revisão: Luísa Cordeiro
Colaboração: José Paulo Oliveira(jpgo@sapo.pt)
Propriedade e Edição: Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA); Gabinete de Recursos e Informação do SPRA
spra.terceira@mail.telepac.pt
Periocidade: Bi-mensal
Tiragem média: 2.420 exemplares
Impressão e acabamento: Nova Gráfica, Lda
Dep.Legal: 206452/04
Distribuição gratuita aos sócios do SPRA

www.spra.pt

Membro da FENPROF

ÁREAS SINDICAIS:

STA. MARIA
Rua: Leandro Chaves, 14
9580-533 Vila do Porto
tel: 296 882872 fax: 296 882872
email: sprasma@iol.pt

S. MIGUEL
Av. D. João III, Bloco A nº 10, 3º
9500-310 Ponta Delgada
tel: 296 205960 fax: 296 624698
email: spra.smiguel@mail.telepac.pt

TERCEIRA
Canada Nova nº 21, Sta Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo
tel: 295 215471 fax: 295 212607
email: spra.terceira@mail.telepac.pt

GRACIOSA
Rua: Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22
9880 Santa Cruz Graciosa
tel: 295 712886 fax: 295 712886
email: spragraciosa@netc.pt

S. JORGE
Av. D. António Martins Ferreira,11r/c
9850-022 Calheta São Jorge
tel: 295 416519 fax: 295 416519
email: spra.sjorge@sapo.pt

FAIAL
Rua de S. João nº 38 Fracção B 1º andar
9900- Horta
tel: 292 292892 fax: 292 292282
email: sprafaial@sapo.pt

PICO
Rua Dr. Manuel de Arriaga
9950-302 Madalena do Pico
tel: 292 623000 fax: 292 622023
email: sprapico@sapo.pt

FLORES e CORVO
Rua Fernando Mendonça, 2 R/C
9970-332 Sta Cruz das Flores
tel/ fax: 292 592976
email: spra-flores@sapo.pt

GRISPRA
Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

Editorial

A miragem de uma carreira de 34 anos nos Açores....

A Secretária Regional da Educação e Formação, na última reunião negocial, – e 1.ª da actual Secretária – apresentou uma proposta de carreira inaceitável para os docentes em exercício de funções na Região Açores.

É proposto que a carreira docente se desenvolva em 10 escalões, num total de 34 anos até se atingir o 10.º escalão.

Ora, a Tutela não quer cumprir o que ela própria propõe! Apresentou normas transitórias para a integração na nova carreira que penalizam os docentes em cerca de 5 anos (em média) no acesso ao topo da carreira. Um docente que já tem 20 anos de serviço, ou mais, e se encontra no actual 5.º escalão, índice 235, terá que fazer quase mais 20 anos para atingir o 10.º escalão, índice 370. Isto é: atinge o topo da carreira ao fim de quase 40 anos de serviço! Isto sem contar com o tempo que está "congelado"! Não é demais afirmar que este topo de carreira será inalcançável pela maioria dos docentes que, neste momento, se encontram no índice 235!

É inadmissível! E a tutela terá uma resposta contundente dos professores e educadores, que não pactuarão com esta situação!

É imperioso rever a avaliação do desempenho!

Só não vê quem não quer! E, pelos vistos, só a SREF não quer ver! A avaliação dos docentes tem sido alvo de várias críticas, não só do SPRA e dos professores, mas também das escolas, e, principalmente, das comissões da avaliação. Impõe-se uma revisão deste modelo de avaliação que devolva dignidade ao trabalho dos professores e educadores e que traga a normalidade desejável ao funcionamento das escolas, para que os docentes não estejam centrados numa avaliação redutora e enredada em formalismos burocráticos, constantemente geradora de conflitos, que em nada melhora o sistema educativo!

Deixem os professores e educadores fazerem aquilo que melhor sabem: ensinar os alunos, promover o ensino/aprendizagem!

Rever a Avaliação, JÁ!

Fernando Vicente

Entrevista

António Lucas, *Presidente do SPRA*

"Tal como o SPRA sempre denunciou, também os relatórios das Comissões de Acompanhamento detectaram muitos erros neste modelo de avaliação"

Fernando Vicente e José Paulo Oliveira

Num momento em que estão em cima da mesa importantes dossiers, a começar pela avaliação do desempenho e pelos horários de trabalho, e quando se aproxima do fim o actual mandato da Direcção do SPRA, fomos ao encontro do seu Presidente, Professor António Lucas.

De uma longa entrevista de quase duas horas, seleccionámos as passagens mais significativas das declarações do dirigente sindical, também membro do Secretariado Nacional da FENPROF, que realça o empenhamento sindical nas negociações com a tutela (onde Cláudia Cardoso substituiu Lina Mendes), fala, entre outros assuntos, dos desafios que se colocam ao SPRA e ao movimento sindical, em geral, caracteriza as especificidades regionais e as suas implicações no trabalho desenvolvido pelo Sindicato, aborda a situação dos jovens professores e, já em jeito de balanço, sublinha que "é preciso reconhecer que na Região Autónoma dos Açores mantêm-se os concursos anuais, a carreira única e sem quotas e uma gestão democrática das escolas.

***SPRA Informação* – A avaliação é, nos dias que estamos a viver, uma matéria central nas preocupações dos docentes da Região e, naturalmente, na intervenção do SPRA**…
António Lucas – É verdade. E não é por acaso que o SPRA lançou a campanha *"REVER A AVALIAÇÃO, JÁ!"*. Como temos sublinhado publicamente, e interpretando o sentir da esmagadora maioria dos professores em serviço nesta Região Autónoma, não queremos uma avaliação burocrática, que desvalorize os aspectos formativos, que assente no preenchimento de grelhas de avaliação cujos descritores potenciam a subjectividade do avaliador. Aliás, tal como o SPRA sempre denunciou, também os relatórios das comissões de acompanhamento detectaram muitos erros neste modelo de avaliação.
A avaliação do desempenho docente, nos termos em que tem sido realizada, - e os professores da Região sabem que esta é a verdade - tem sido um factor fortemente desestabilizador do bom funcionamento das escolas, já que inúmeros avaliadores, para observarem as aulas de outros professores, se vêem forçados a faltar às suas próprias, tendo, quando possível, que as compensar noutras horas, desregulando, assim, quer os seus horários, quer os dos seus alunos, com prejuízo da sua componente individual de trabalho. Isto é a subversão dos objectivos de um modelo de avaliação do desempenho…
De salientar ainda que este modelo de avaliação concentra uma parte significativa do trabalho burocrático no mês de Julho, quando as escolas deveriam estar a preparar o lançamento do ano lectivo seguinte.

Mas admitem a continuação deste modelo?
A. L. - Admitimos a manutenção deste modelo, com melhorias e simplificações, para docentes contratados e do quadro.

As preocupações do Sindicato apontam também para outros aspectos, relacionados, nomeadamente, com a desconfiança e a injustiça da avaliação defendida pela tutela…
A.L. – Sem dúvida! Não podemos estar a favor de uma avaliação que pode gerar conflitos e desconfianças entre os profissionais. Condenamos uma avaliação que atribua ao desempenho avaliado com a menção de Regular uma valoração que, embora positiva, impeça a progressão na carreira. Mas, já agora, deixem-me falar das propostas do SPRA…

Era a próxima pergunta…
A.L. – Defendemos uma avaliação coerente, realizada no final de cada escalão, bienal para os contratados, com observação de aulas somente em situações que indiciem má prática pedagógica ou para menções superiores a *Bom*. Somos a favor de uma avaliação efectivamente formativa e cooperativa, centrada na escola e na acção dos docentes, uma avaliação que não seja burocrática e que não seja desestabilizadora do normal funcionamento das escolas.

E têm levado essa mensagem à tutela?
A.L. – Obviamente! Na Secretaria Regional, está uma proposta nossa desde finais de Julho. Recentemente, enviámos também um parecer sobre a matéria, mais resumido.
Mas deixem-me acrescentar que, no âmbito da revisão do Estatuto da Carreira Docente na Região, consideramos urgente a discussão e a resolução de matérias como a avaliação do desempenho docente e os horários de trabalho. Já manifestámos essas preocupações à Secretária da Educação e Formação e, sinceramente, apostamos na discussão destas matérias, sempre numa perspectiva equilibrada de solução.

Que atitude esperam da Secretária Regional?
A.L. – De diálogo e de abertura.

Além da avaliação, o que é que está hoje em cima da mesa no plano das negociações com a Secretaria Regional da Educação e Formação?
A.L . – A estrutura da carreira é um assunto de primeiro plano. A anterior Secretária Regional da Educação e Formação nunca manifestou disponibilidade para discutir, com pormenor, matérias não relacionadas com a Estrutura da carreira.
No passado dia 16 de Fevereiro, estivemos reunidos com a Secretária Regional, Dra. Cláudia Cardoso para análise da revisão da estrutura da

➔

"Existem, nas escolas públicas dos Açores, muitos docentes contratados há mais do que 3 anos, que, se trabalhassem no sector privado, a entidade patronal teria que os integrar no quadro. Sabendo-se que o Governo Regional sempre manifestou uma posição política contra a precariedade, lamenta-se que não se aproveite esta oportunidade… No mínimo, seria de esperar que o número de vagas correspondesse ao número de aposentações, facto que não se verificou, o que nos permite, lamentavelmente, concluir que a SREF optou, claramente, pela manutenção de centenas de professores e educadores em regime de precariedade."

➔
Carreira Docente e respectivas normas transitórias. A SREF manteve a contraproposta da sua antecessora, o que representa, na prática, que a esmagadora maioria dos professores e educadores chegue ao topo da sua carreira ao fim de 38 anos.
Quanto às outras matérias e, particularmente, aos horários de trabalho e à avaliação do desempenho, a SREF considerou a possibilidade de as discutir em reuniões futuras, tendo esta sido compreendida como a primeira reunião deste processo negocial, que a responsável pela pasta da Educação entendeu estar agora reiniciado.
O SPRA tudo fará para que, no conjunto destas matérias, as suas preocupações, publicamente conhecidas, sejam atendidas, para bem de uma escola pública de qualidade.
Nós temos tentado, insistentemente, introduzir neste processo negocial as questões da avaliação e dos horários de trabalho. Sobre este último assunto, lançámos a campanha ***"Sabes quanto TEMPO passas na escola?",*** na qual desafiamos os professores a fazerem estas contas: contabiliza as tuas horas lectivas e as não lectivas de estabelecimento, contabiliza as horas utilizadas em reuniões por semana, contabiliza o tempo utilizado em actividades realizadas para além da componente lectiva e não lectiva de estabelecimento, contabiliza as horas dispendidas em trabalho burocrático realizado na escola, contabiliza também o tempo individual que sobra para preparar e organizar as actividades lectivas, contabiliza todo esse tempo durante um mês! Temos salientado nos contactos com a tutela, no diálogo com os jornalistas e no conjunto da nossa intervenção pública que o docente necessita de tempo para planificar e organizar as actividades lectivas e que as reuniões deveriam ser marcadas na componente não lectiva de estabelecimento do docente.

Ainda quanto a horários de trabalho, nos Açores, a reivindicação dos educadores de Infância e dos professores do 1.º Ciclo aponta para as 22 horas lectivas, à semelhança dos outros níveis de ensino?

A.L. - Sim. Não havendo regime especial de aposentação, tendo em conta que o Inglês e a Educação Física são curriculares e são leccionados nas 25 horas, a reivindicação dos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar é de cumprirem horários de 22 horas lectivas, a par da redução da componente lectiva e por antiguidade igual para todos, tendo em conta, repito, que não há regime especial de aposentação.

Quanto aos concursos, qual é o ponto da situação?

A. L. - Fazendo um rápido historial da situação, lembro que no final de Dezembro fomos confrontados com a posição da anterior Secretária de não realização dos concursos, tendo em conta as limitações do Orçamento de Estado. Reagimos e em Janeiro, em conferência de imprensa, alertámos para a gravidade dessa orientação e sublinhámos que a Região tinha competências para a realização do concurso, tal como noutras matérias. Passámos esta luta essencialmente para o plano político, uma vez que se tratava de uma decisão política. Lançámos uma campanha em toda a Região – *Um Postal por Concursos em 2011* –, exigindo, como o próprio nome indica, a realização do concurso (semelhante à iniciativa que se desenrolou no continente, lançada pela FENPROF). No fim de Janeiro, foi, então, anunciada a substituição da Secretária Regional. No seu primeiro dia útil de trabalho, a nova titular anunciou a realização do concurso.

Em relação ao qual a direcção do SPRA tem, mesmo assim, uma posição crítica…

A.L. – É o problema das vagas disponibilizadas. Lamentamos que o número de vagas publicado no Aviso de Abertura dos Concursos seja incompreensível e significativamente abaixo das reais necessidades do sistema educativo regional e, por conseguinte, das nossas expectativas, porque o número de vagas é de apenas 29 e o número de lugares a fechar é de 92.
➔

"Em 2010, tivemos acima de 200 sindicalizações e mais do que 40% destes docentes têm menos do que 30 anos."

***

"Tentamos sempre uma aproximação e uma acção de esclarecimento e de mobilização dos jovens professores nas escolas, porque os problemas colectivos exigem respostas colectivas. Temos que continuar a fazer passar essa mensagem…"

***

"Hoje, como balanço geral, é preciso reconhecer que nos Açores mantêm-se os concursos anuais, a carreira única e sem quotas e uma gestão democrática das escolas.

***

"A comunicação social e a sociedade, em geral, olham hoje para os professores e educadores como agentes de uma luta incansável contra todas as malfeitorias, com poder reivindicativo e mobilizador"

***

"O SPRA faz o seu trabalho e a dinâmica criada com a participação nesse grande colectivo que é a CGTP-IN dá enquadramento à acção, reforça solidariedades e amplia a voz do mundo do trabalho. As parcerias com as uniões sindicais apontam para balanços muito positivos"

➔

Saliente-se que, entre Janeiro e Março de 2010, deram entrada na SREF mais do que 100 pedidos de aposentação (108 no concreto). Cada professor aposentado permite a entrada de dois professores no quadro, sem aumento da despesa pública regional.

Existem, nas escolas públicas dos Açores, muitos docentes contratados há mais do que 3 anos, que, se trabalhassem no sector privado, a entidade patronal teria que os integrar no quadro. Sabendo-se que o Governo Regional sempre manifestou uma posição política contra a precariedade, lamenta-se que não se aproveite esta oportunidade…

No mínimo, seria de esperar que o número de vagas correspondesse ao número de aposentações, facto que não se verificou, o que nos permite, lamentavelmente, concluir que a SREF optou, claramente, pela manutenção de centenas de professores e educadores em regime de precariedade e que não teve em consideração o previsível acréscimo do número de alunos no ensino secundário, decorrente do aumento da escolaridade obrigatória para os 18 anos de idade.

Mas queria ainda deixar aqui duas breves notas. *Primeiro:* o Sindicato dos Professores da Região Açores considera que a abertura, por parte da SREF, dos concursos, para a qual esta estrutura sindical contribuiu decisivamente, com a força dos professores e educadores, é um forte sinal da sua importância para a estabilidade do corpo docente na Região. *Segundo:* pensamos que é uma vitória, porque, também, nos permite manter a anuidade dos concursos, entre outros aspectos.

A Secretaria Regional da Educação e Formação (SREF) tem um novo rosto. Com esta alteração perspectivam-se algumas mudanças naquele departamento do Governo Regional? Que se espera da nova titular? E já agora: que balanço fazes à actuação da anterior Secretária Regional?

A.L. – Relativamente às políticas educativas, a nossa expectativa, quanto a mudanças, é baixa, tendo em conta que são duas executoras do programa do Governo, que decorreu das orientações programáticas de um partido que ganhou as eleições.

Em relação às pessoas, estamos a falar de personalidades diferentes, com percursos profissionais diferentes. A anterior Secretária, Dr.ª Lina Mendes, é uma educadora, fez mestrado, trabalhou no CIFOP, na formação de professores do 1º ciclo e de educadores, tem um percurso essencialmente académico e trabalhou com o anterior Secretário regional no âmbito dos projectos de avaliação de desempenho Não tinha experiência política. Integrou as listas de candidatos a deputados como independente. Apesar das críticas feitas, eu queria fazer uma chamada de atenção para o facto de ela ter concretizado dois *dossiers* que já vinham do tempo do anterior Secretário, um deles desde 2001, o currículo regional, e o outro a avaliação do desempenho docente.

A actual Secretária, Dr.ª Cláudia Cardoso, é uma professora do Ensino Secundário. Tem uma vasta experiência política. Há três mandatos atrás já esteve no Governo Regional. Passou pela Assembleia Legislativa Regional, onde foi presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

“Sempre mantivemos, mesmo nos momentos críticos, uma postura de negociação (com o Governo Regional) e de abertura e, sobretudo, tentámos sempre negociar no sentido de atingir situações mais favoráveis, comparando com o que se estava a passar no continente”.

FENPROF e SPRA estão no mesmo barco, mas não se pode esquecer as especificidades regionais da intervenção deste Sindicato. Queres comentar?

A.L. – Isso decorre da própria autonomia. Nos Açores, no final da década de 90, foi alterado o paradigma de funcionamento da Secretaria Regional da Educação, não só por questões ligadas à mudança do partido no poder, como da actuação do Secretário Regional da altura. Até esse momento, era muito fácil o SPRA estar em uníssono com a FENPROF, tendo em conta que o que se passava nos Açores, na área da Educação, era o reflexo do que acontecia no Continente. Em termos de documentação oficial, só mudava o cabeçalho… A partir do momento em que se começa a produzir legislação própria na Região para o sector – e nalguns casos até com aspectos pioneiros -, o SPRA passa a ser confrontado com situações novas, a que é necessário responder, nomeadamente, elaborando pareceres com regularidade.

Tivemos mesmo algumas dificuldades em fazer valer as nossas posições junto da FENPROF e, destaco, a propósito, o Estatuto da Carreira Docente. O processo negocial decorreu entre finais de 2006 e o Verão de 2007. Estamos a falar de um Estatuto que tem mais do que duas centenas e meia de artigos. Partimos para esse processo negocial com dois princípios que a FENPROF sempre defendeu: uma carreira única e a inexistência de quotas. Acabámos por demonstrar que esta dinâmica e esta intervenção do SPRA, no quadro das realidades políticas da autonomia, acabariam por ser uma mais valia para o colectivo da FENPROF.

Hoje, como balanço geral, é preciso reconhecer que, nos Açores, mantêm-se os concursos anuais, a carreira única e sem quotas e uma gestão democrática de escolas.

A intervenção do SPRA tem sido, ao longo destes anos, fundamental para consolidar essas realidades?

A.L . – Não tenho qualquer dúvida em relação a isso! Sempre mantivemos,

➔

➔

mesmo nos momentos críticos, uma postura de negociação e de abertura e, sobretudo, tentámos sempre negociar no sentido de atingir situações mais favoráveis, comparando com o que se estava a passar no Continente.
Tendo em conta os problemas sentidos na Região, por um lado, e as dificuldades, os obstáculos e os ataques feitos no Continente contra os Professores e a Educação, nos últimos anos, por outro lado, o saldo é francamente mais positivo para o lado da Região Açores.

Ainda a propósito de especificidades regionais, o Governo Regional dos Açores não seguiu as orientações do Governo de Sócrates e de Teixeira dos Santos no *assalto* aos trabalhadores da Administração Pública. Que comentário faz a Direcção do SPRA a esta situação?
A.L. – Relativamente à remuneração compensatória, o SPRA deu parecer favorável e até elogiou a coragem do Governo Regional em ter assumido uma medida que, de alguma forma, poderia remediar alguns dos aspectos mais negativos das medidas tomadas pelo Governo de Lisboa, no âmbito do Orçamento do Estado para 2011. É verdade que esta não era a situação que nós pretendíamos: o que desejávamos era que não houvesse cortes salariais na Administração Pública Portuguesa; qualquer medida que, de alguma forma, possa atenuar os efeitos perversos dos cortes salariais é bem vinda.
Aproveito para chamar a atenção para este aspecto da vida regional. A economia das ilhas mais pequenas é relativamente fechada. As pessoas que vivem nas comunidades das Flores ou da Graciosa, por exemplo, não têm alternativas no seu dia-a-dia: vão aos mesmos mini-mercados para irem às compras, existe a mercearia, o café, o restaurante e pouco mais.
Uma parte significativa das pessoas que vivem nessas ilhas ou trabalham para a Administração Regional ou para a Administração Local. Cortes significativos nos seus salários teriam como consequência o fecho daqueles estabelecimentos comerciais, que sobrevivem, recordo, graças ao consumo ali efectuado pelas pessoas das localidades. Do ponto de vista do Governo Regional, os cortes salariais acabariam por dar origem a uma diminuição muito expressiva da receita: fechariam unidades comerciais, perder-se-ia IRC, perder-se-ia IVA, perder-se-ia IRS, aumentaria o desemprego…
Fenómenos que parece que têm um impacto reduzido nos grandes aglomerados, em pequenas comunidades, algumas (quase) desertificadas, como são estas ilhas, podem assumir consequências dramáticas.
Além de uma medida de alcance social, a decisão do Governo Regional foi também, é a minha opinião, uma medida de inteligência governativa.
As receitas geradas na Região - estou a terminar – mantêm a máquina administrativa regional, ou seja, as transferências do OE para a Região são para investimentos.
Obviamente, mantemos, como desde a primeira hora, uma postura de solidariedade e de participação activa nas lutas da Administração Pública, e nomeadamente, nas iniciativas da Frente Comum.

O SPRA é uma realidade de peso na Região. Os Professores e Educadores têm essa noção. Porque é que alguns ainda hesitam no momento de aderirem ao Sindicato?
A.L. – Começo por lembrar que na Região Autónoma dos Açores 65 por cento dos docentes são sindicalizados. E desses, 2/3 estão no SPRA.
É verdade que temos registado algumas dificuldades na sindicalização dos Professores e Educadores mais novos – julgo que esta situação não será exclusiva da Região. Há aqui fenómenos de mobilidade e de precariedade laboral e também questões de cultura geracional, associadas a fenómenos de individualismo e competição, que poderão provocar algumas resistências à sindicalização (temos mais sindicalizados na faixa dos 35 anos para cima).
Muitos jovens docentes não têm a noção do que foi a intervenção sindical na dignificação desta profissão. Apesar disso, em 2010, já tivemos acima das 200 sindicalizações e mais do que 40%

➔

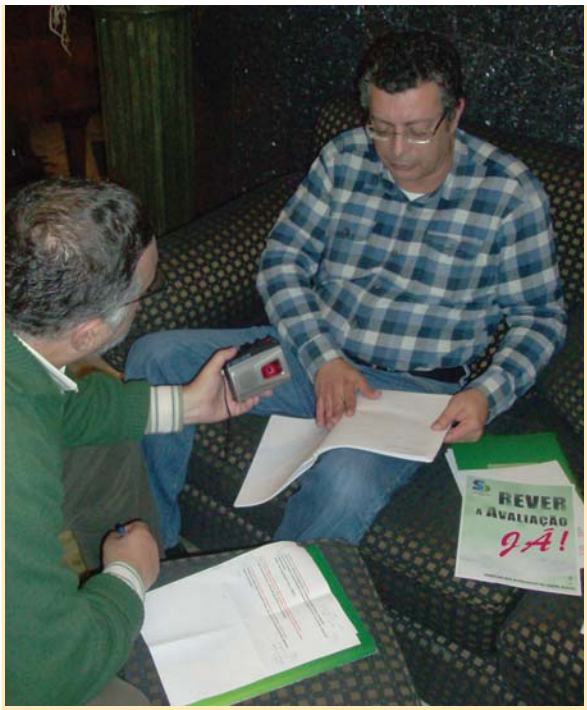
“Relativamente à remuneração compensatória, o SPRA deu parecer favorável e até elogiou a coragem do Governo Regional em ter assumido uma medida que, de alguma forma, poderia remediar alguns dos aspectos mais negativos das medidas tomadas pelo Governo de Lisboa, no âmbito do OE para 2011. É verdade que esta não era a situação que nós pretendíamos: o que desejávamos era que não houvesse cortes salariais na Administração Pública Portuguesa; qualquer medida que, de alguma forma, pudesse atenuar os efeitos perversos dos cortes salariais seria bem vinda.”

➔

destes docentes têm menos de 30 anos.

No entanto, a Direcção do SPRA está atenta a esta realidade e tenta sempre uma aproximação e uma acção de esclarecimento e de mobilização dos jovens Professores e Educadores nas escolas, porque os problemas colectivos exigem respostas colectivas. Temos que continuar a fazer passar essa mensagem…

Em termos de participação sindical, há ainda outros apontamentos que gostaria de deixar aqui. O aumento do trabalho nas escolas, a sobrecarga dos horários, na componente lectiva e não lectiva, o peso das componentes burocráticas levaram a que os professores se isolassem… a tal *funcionarização da profissão docente*, para a qual temos alertado, perdendo-se a dinâmica do professor reflexivo, actor de mudança, em detrimento do quadro do funcionário completamente absorvido pelas aulas, pelas reuniões e pela burocracia…



“O neo-liberalismo não anda a dormir. E sabe o que criou… A desvalorização do trabalho e a precariedade são expressões de uma orientação que se abate sobre todos os sectores. O ataque à contratação colectiva e aos vínculos laborais é apenas uma face dessa ofensiva… Vai ser necessária, diria mesmo, à escala global, uma forte resistência do mundo do trabalho. A resposta está nas nossas mãos.”

Como é que o SPRA vai assegurando o trabalho sindical num cenário marcado pelo reduzido número de dirigentes com redução para essa responsabilidade?

A.L – Ainda antes da publicação da nova lei, o SPRA foi obrigado a reduzir o número de dirigentes a tempo inteiro, situação mais expressiva a partir do início desta última década, que culminou até com um “braço de ferro”, em 2006, com a tutela. Chegámos a ter todos os dirigentes nas escolas e as sedes do Sindicato fechadas e com panos alusivos à situação. Depois, chegou-se a um processo negocial e ficámos com o equivalente a seis horários, o que não implicava que tivéssemos seis dirigentes a tempo inteiro. Havia um conjunto de horas para gerir, tendo em conta situações como esta: para deslocar um dirigente das Flores para uma reunião em S. Miguel implica, além do dia dessa reunião, pelo menos mais dois dias. A descontinuidade geográfica é uma das razões porque existe autonomia nos Açores. Para o Governo Regional, por vezes, parece que não há descontinuidade geográfica para os sindicatos…

Voltando ainda à questão das dificuldades, neste momento, temos seis dirigentes a tempo inteiro, o que é manifestamente insuficiente, porque temos sedes em oito ilhas (só não temos no Corvo, que está integrada na Área Sindical das Flores).

Os dirigentes que estão a tempo inteiro são os que mais trabalham os documentos e a elaboração das propostas de pareceres, mas acabam por fazer um pouco de tudo: do atendimento a sócios (pessoalmente, por via telefónica, electrónica: chegamos a ter dezenas de mails por dia para responder) à gestão administrativa do Sindicato, passando naturalmente pela acção sindical, que implica também deslocação às escolas e aos plenários nas diferentes ilhas…e também ao Continente para a participação nas iniciativas de carácter nacional, nomeadamente, no âmbito da FENPROF, da CGTP-IN e da Frente Comum da Administração Pública.

Passados já vários anos sobre a entrada do SPRA na CGTP-IN, confirmam-se os aspectos positivos dessa integração?

A.L. – Temos que colocar a questão em dois planos: ao nível da Direcção e dos associados. No início, na fase de debate sobre a adesão, alguns dirigentes recearam a dessindicalização, facto que não aconteceu. E, curioso, na altura, até chegaram à direcção mensagens de associados que pensavam que o SPRA já fazia parte da Central.

Temos, em São Miguel, uma dirigente com responsabilidades no âmbito da CGTP-IN (é conselheira nacional), inclusivamente está associada a vários projectos da *Inter*, é também o elo de ligação da Direcção do SPRA com a União dos Sindicatos de São Miguel e Santa Maria.

Temos também uma dirigente, na Terceira, que pertence à Direcção da União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo e o mesmo acontece no Faial, relativamente à União de Sindicatos da Horta.

No plano dos associados, a ideia que temos é que essa matéria nunca foi motivo de controvérsia. O SPRA faz o seu trabalho e a dinâmica criada com a participação nesse grande colectivo que é a CGTP-IN dá enquadramento à acção, reforça solidariedades e amplia a voz do mundo do trabalho. As parcerias com as uniões sindicais apontam para balanços muito positivos.

➔

➔

Aproxima-se do fim o mandato da actual Direcção do SPRA. Que balanço para esta intervenção de três anos?
A.L. – No primeiro destes três anos, a presidência ainda foi do Armando Dutra, e aproveito para realçar o seu excelente trabalho como dirigente sindical e como Presidente desta instituição. Nestes três anos, foi possível melhorar o Estatuto da Carreira Docente em muitos dos aspectos em que ele era mais negativo. Conseguiu-se a manutenção dos concursos anuais. Mantivemos a dinâmica sindical, garantindo as melhores condições possíveis nas mais variadas frentes: do atendimento aos sócios ao trabalho de informação, passando pela capacidade de resposta do Sindicato aos múltiplos desafios que surgiram, em particular, no campo institucional, levando as preocupações e as propostas dos docentes à tutela. Respondemos também às solicitações no âmbito da nossa participação activa na FENPROF, na CGTP-IN e na Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública.

Podemos dizer que o SPRA cresceu nestes últimos anos?
A.L. Podemos. Apesar das dificuldades, o SPRA cresceu.

Um Congresso do SPRA é (apenas) um sonho?
A.L. – É muito complicado. Temos essencialmente dois problemas, ou melhor, duas limitações fortíssimas. Uma: o facto de sermos poucos dirigentes com exclusividade para o Sindicato, tornando muito difícil a preparação de um Congresso; Outra, a principal, é a financeira. Deslocar pessoas das Flores para São Miguel custa tanto como de São Miguel para Lisboa… A perspectiva de fazer um Congresso do SPRA limitado, que nunca seria representativo, mesmo assim com custos elevados, não é credível. Uma vez mais as especificidades regionais e a descontinuidade do território fazem com que se tenha de procurar soluções diversas das que podem ocorrer no Continente.

Mas é possível assegurar a vida democrática no Sindicato?
A.L. – Certamente. Quando fazemos plenários, especialmente naqueles em que é importante ter uma decisão dos associados, em que é fundamental darlhes a conhecer, no terreno, as nossas propostas, para incentivar um debate e uma procura de estratégias e propostas, os dirigentes deslocam-se a todas as ilhas, em processos que, por vezes, chegam a demorar três semanas.

E já que estamos em maré de balanço, como é que aprecias a forma como a comunicação social açoriana tem acompanhado a intervenção do SPRA, as lutas dos professores e a temática da educação e da vida das escolas?
A. L. – Faço um balanço positivo. E estou a pensar nas solicitações que temos recebido dos órgãos de comunicação social para darmos testemunho das nossas posições, acções e lutas, e também, de uma forma geral, como são tratadas as notícias, havendo, de grande parte dos profissionais da informação (TV, Imprensa e Rádio), uma postura de seriedade e de rigor profissional. A comunicação social e a sociedade, em geral, olham hoje para os professores e educadores como agentes de uma luta incansável contra todas as malfeitorias, com poder reivindicativo e mobilizador.

A vida de um dirigente sindical não é fácil, tanto mais numa região com as particularidades geográficas dos Açores. É sacerdócio? É militância? É voluntariado? É utopia?..
A.L. – (sorrisos) É capaz de ser um pouco de tudo isso… Mas destacava o espírito solidário.
Tal como nos clubes, as vitórias trazem uma gratificação colectiva e individual. E nós, por vezes, sentimos aquele espírito da vitória do Freixo de Espada-à-Cinta sobre o Futebol Clube do Porto no jogo da Taça. E o facto de termos conseguido obter algumas vitórias significativas também dão um contributo especial para a coesão do grupo de trabalho.

O sindicalismo tem futuro?
A.L. – Eu diria mesmo: *tem que ter futuro!* Alguém tem dúvidas de que se não fosse a acção sindical, os ventos do neoliberalismo seriam sentidos ainda com mais violência na sociedade portuguesa? Mas julgo que, em breve, as pessoas ainda verão com maior nitidez a necessidade dos sindicatos…

Estás pessimista?
A.L. – Não é uma questão de pessimismo…. O neoliberalismo não anda a dormir. E sabe o que criou…A desvalorização do trabalho e a precariedade são expressões de uma orientação que se abate sobre todos os sectores. O ataque à contratação colectiva e aos vínculos laborais é apenas uma face dessa violenta ofensiva… Vai ser necessária, diria mesmo, à escala global, uma forte resistência do mundo do trabalho. A resposta está nas nossas mãos.

Organização Internacional do Trabalho

OIT questiona Governo português por violação de acordo sobre carreiras

A FENPROF recebeu recentemente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a informação de que, na sequência da queixa apresentada contra o governo português - por violação de acordo negocial sobre carreiras - este foi questionado por aquela organização, através do respectivo Departamento de Normas Internacionais de Trabalho.
Aguarda-se a resposta do Governo Sócrates e, naturalmente, com expectativa, a posição final da OIT.

Acesso ao topo da carreira aos 34 anos de serviço docente não é para cumprir?

Clara Torres *

Na proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores (ECDRAA), nomeadamente, no que se refere à estrutura da carreira docente, apresentada pela Secretaria Regional de Educação e Educação (SREF), podemos ler, de forma inequívoca, que "a carreira docente desenvolve-se por dez escalões, com a duração de quatro anos cada, à excepção do 5.º, que tem a duração de 2 anos", ou seja, o acesso ao topo da carreira (índice 370) deverá ser atingido aos 34 anos de serviço docente.

Contudo, nem sempre o que parece é!

Senão, vejamos!

Ao transitar da actual carreira para a nova estrutura proposta pelo Decreto Legislativo Regional, agora em discussão, a SREF impõe o seguinte:

- "Os docentes (…) transitam para a nova estrutura da carreira para o escalão e índice a que corresponda montante pecuniário de remuneração base idêntico ao que actualmente auferem";

- "Os docentes (…) progredirão ao escalão seguinte da nova carreira, desde que reúnam os requisitos a que se refere o artigo 62.º do Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores, após a permanência no escalão para o qual transitam, de um período mínimo de serviço docente correspondente ao da duração do es-

PROPOSTA DA SREF

PROPOSTA DE TRANSIÇÃO DE CARREIRA

	CARREIRA DOCENTE APROVADA PELO D L R N.º 21/2007/A, DE 30 DE AGOSTO										
N.º de Escalões		1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º		
Índices Remuneratórios		167	188	205	218	235	245	299	340		
Duração dos Escalões		5 Anos	5 Anos	5 Anos	4 Anos	4 Anos	6 Anos	6 Anos	....	35 Anos	
	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE										
N.º de Escalões		1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	
Índices Remuneratórios		167	188	205	218	235	245	272	299	340	370	
Duração dos Escalões		4 Anos	4 Anos	4 Anos	4 Anos	2 Anos	4 Anos	4 Anos	4 Anos	4 Anos	....	34 Anos

	ES.	T.S.	TRANSIÇÃO /EVOLUÇÃO DA CARREIRA DOCENTE											
Módulos de tempo a perfazer pelos docentes que vão transitar para a nova carreira	1.º	3/2/1	5	4	4	4	2	4	3(-1)	4	4	…	37a35	34
	2.º	8	…	4	4	4	2	4	4	4	4	…	38	34
	3.º	12	…	…	4	4	2	4	4	4	4	…	38	34
	4.º	16	…	…		3	2	4	4	4	4	…	37	34
	5.º	19	…	…	…	…	4	4	2 (-2)	4	4	…	37	34
	6.º	23	…	…	…	…	…	6	2 (-2)	4	4	…	39	34
	7.º	29	…	…	…	…	…	…	…	6	NT	…	?	34
	8.º	35	…	…	…	…	…	…	…	…	NT	…	?	34

calão em que se encontravam integrados antes da respectiva transição (…).”

Com estas normas, dois princípios fundamentais estão a ser violados, para que o desiderato que a própria SREF preconiza seja cumprido, ou seja, o acesso ao topo da carreira aos 34 anos de serviço.

O primeiro princípio, o da contagem do tempo de serviço, tendo em consideração que a integração na carreira agora proposta não está a ser feita pelo tempo de serviço que os docentes têm à data da transição, mesmo que de forma faseada; o segundo, o tempo de permanência no escalão de integração, uma vez que se aplica a obrigatoriedade de cumprir no escalão da carreira para que transitam a duração do escalão onde se encontravam integrados (que tem uma duração superior), aumentando, deste modo, o tempo de serviço para acesso ao topo da carreira.

Ao serem aplicadas as normas transitórias, impostas pelas SREF, verificamos que a esmagadora maioria dos Professores e Educadores chega ao topo da sua carreira ao fim de 38 anos de tempo de serviço ***(ver tabela, página ao lado, com proposta da SREF).***

Como o Sindicato dos Professores da Região Açores sempre defendeu, em pareceres já divulgados sobre esta proposta de Decreto Legislativo Regional, é inaceitável que:

- os docentes atinjam o escalão do topo da carreira com mais do que 34 anos de serviço, a fim de ser cumprido, pelo menos, o proposto pela SREF;
- os docentes integrados na carreira com mais tempo de serviço sejam ultrapassados por docentes com menos tempo de serviço.

Para o SPRA, o tempo de serviço não se negoceia, contabiliza-se.

O SPRA continuará, com a mesma determinação de sempre, a sua luta pela revalorização da profissão docente, pela valorização da Escola Pública e pela defesa intransigente daqueles que representa.

*** Vice-presidente do SPRA**

Assinados por docentes de todas as Ilhas

SPRA entregou mais de 2700 postais à SREF

Vale a pena lutar!

Não será original, mas esta é a mensagem que sobressai da recente movimentação sindical em torno da exigência de realização de concursos na Região Autónoma dos Açores. Na verdade, foi na sequência da acção ***“Um Postal por Concursos em 2011”,*** que culminou com a entrega de mais de 2700 postais, à SREF, e do anúncio de outras iniciativas, nomeadamente uma acção de rua e uma Petição à Assembleia Legislativa Regional, que o Governo de Carlos César decidiu realizar os concursos interno e externo para pessoal docente.

Docentes entregam 3 mil postais à tutela

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) entregou ontem cerca de três mil postais na Secretaria Regional da Educação contra a precariedade laboral e a manutenção a contrato de cerca de 800 docentes na rede de ensino público. “Os professores entendem que não há constrangimentos orçamentais que impeçam a sua contratação, pelo que resolveram protestar contra a não abertura dos concursos interno e externo”, afirmou António Lucas, presidente do SPRA. O dirigente sindical frisou que a não realização do concurso interno “inviabiliza a mobilidade, ou seja, a possibilidade de ocorrerem transferências entre as ilhas, o que impede que alguns professores possam aproximar-se ou mesmo passar a trabalhar na ilha onde residem”.

Açoriano Oriental

04 REGIÃO diarioinsular

A REIVINDICAR ABERTURA DE CONCURSOS INTERNO E EXTERNO PARA A CLASSE

Professores entregam postais à secretária que se segue

O prazo para realização de concursos termina segunda, mas os docentes não baixam os braços.

PROFESSORES manifestaram-se, outras de manhã, à porta da secretaria regional da Educação

Diário Insular

ELEIÇÃO DOS CORPOS GER

REGULAMEN

I – CONDIÇÕES GERAIS

1.Compete à Mesa da Assembleia Geral convocar os associados para o acto eleitoral, a realizar das 9h00 às 17h00 do dia 27/05/2011, através de circular a enviar a todas as escolas, e publicar a convocatória, com 15 dias de antecedência, num dos jornais mais lidos da Região.

2. Podem votar e ser eleitos todos os sindicalizados com inscrição regularizada até 27 de Abril de 2011.

3. Podem apresentar listas concorrentes às eleições todos os sindicalizados com quotas em dia, de acordo com o ponto anterior.

4. A votação poderá ser presencial ou por correspondência, nos termos definidos neste regulamento.

5. Cada sindicalizado só pode pertencer a uma lista, não podendo candidatar-se a mais do que um dos órgãos do SPRA, exceptuando-se o disposto no capítulo V, n.º 10, do presente regulamento.

6. Todos os candidatos aos Corpos Gerentes do SPRA devem apresentar declaração de aceitação, que poderá ser conjunta, em como se responsabilizam, solidariamente, pelo cumprimento do programa eleitoral.

7. Para efeitos do estabelecido no capítulo V, n.º 7, a) do presente regulamento, consideram-se sector, nível e ou modalidade de ensino:

a) Educação Pré-Escolar;
b) 1.º Ciclo do Ensino Básico;
c) 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário;
d) Ensino Especial;
e) Ensino Particular e Cooperativo;
f) Ensino Profissional;
g) Ensino Superior

8. Nas listas apresentadas a sufrágio, os sectores, níveis ou modalidades de ensino, referidos no número anterior, podem ser agrupados, devidamente identificados, consoante as realidades de cada Área Sindical.

9. Na elaboração das listas, de acordo com a legislação em vigor, há que ter em consideração o seguinte:

a) Só os elementos da Direcção disporão de créditos para actividade sindical;
b) Os membros da Direcção eleitos, mesmo que não integrem a lista eleita para a Comissão Directiva, serão membros de pleno direito daquela Comissão.

II – COMISSÃO ELEITORAL

1. Na Área Sindical de São Miguel, funcionará uma Comissão Eleitoral Regional, que terá como principal função o apuramento final dos resultados regionais e o seu encaminhamento para os órgãos oficiais competentes.

2. A Comissão Eleitoral Regional será composta pela Presidente da Mesa da Assembleia da Área Sindical da Ilha de São Miguel, pela Vice-Presidente do SPRA, por um membro da Comissão Directiva da Área Sindical de São Miguel e por um representante de cada lista concorrente.

3. A Comissão Eleitoral Regional tem ainda como funções:

a) Coordenar a preparação e realização do acto eleitoral;
b) Comunicar a todas as Áreas Sindicais os resultados provisórios até às 20h00 do dia 27 de Maio de 2011;
c) Dar a conhecer os resultados eleitorais definitivos até ao dia 6 de Junho de 2011;

4. Para a execução das tarefas que lhe são cometidas, a Comissão Eleitoral Regional será assessorada por um grupo de trabalho, coordenado por um membro da Direcção do SPRA, da Área Sindical de S. Miguel.

5. Em cada ilha, funcionará uma Comissão Eleitoral de Ilha.

6. A Comissão de Ilha será composta pelo Presidente da Mesa da Assembleia da Área Sindical, por um elemento da Comissão Directiva da Área Sindical e por um representante de cada lista concorrente.

7. A Comissão Eleitoral de Ilha tem como funções:

a) Elaborar os cadernos eleitorais de ilha;
b) Aceitar as listas de candidatura e verificar a elegibilidade dos seus membros;
c) Emitir e distribuir as circulares e programas;
d) Aceitar e proceder a substituições nas listas;
e) Aprovar a composição e localização das mesas de voto, sob proposta da Comissão Directiva da Área Sindical;
f) Elaborar os termos de abertura e encerramento das Folhas de Presença;
g) Acompanhar a realização do acto eleitoral;
h) Verificar se todos os professores votantes presentes assinaram;
i) Verificar se o número de professores que assinou a Folha de Presenças, adicionado ao número de professores que votou por correspondência, corres-

➔

Basta!

Um grito de Indignação e de protesto numa Avenida de luta pelo futuro

Os órgãos de comunicação social, das televisões às rádios, passando pela imprensa e pela *net*, são unânimes: a Avenida da Liberdade foi insuficiente para acolher a indignação e o protesto que se viveram na tarde do passado sábado, 19 de Março, em Lisboa.

"Contra o desemprego, a vida cara e as injustiças - mudança de políticas", foi o lema que mobilizou muitos milhares de trabalhadores, do sector privado e da Administração Pública, a que se juntaram jovens e aposentados, nesta impressionante jornada nacional convocada pela CGTP-IN, em que o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) marcou presença, merecendo mesmo o registo de uma das televisões.

Basta! - foi a principal mensagem desta gigantesca manifestação, em que os professores e educadores, uma semana depois de terem enchido o Campo Pequeno, participaram com entusiasmo, reforçando a exigência de mudança de políticas. No Dia do Pai, a Avenida transformou-se num grito em defesa do futuro do país e dos portugueses. De todas as gerações. E das mais variadas sensibilidades.

Solidariedade

Carvalho da Silva, intervindo já nos Restauradores, considerou esta manifestação a mais importante forma de luta desde a greve geral de Novembro do ano passado. "A greve geral colocou as questões do emprego e os problemas concretos das pessoas no centro da mobilização dos trabalhadores".

"É possível e indispensável sair desta crise através de uma efectiva solidariedade, da afirmação do modelo social e da limitação dos poderes dos mercados", realçou o dirigente da Central.

Uma nova jornada de luta, centrada nos problemas dos jovens, está marcada para o próximo dia 1 de Abril. No dia seguinte, recorde-se, terá lugar a Marcha pela Educação. Ambas as iniciativas decorrerão em Lisboa.

Críticas ao "bloco central"

O dirigente sindical acusou o Governo de abrir uma crise política complexa e alertou para a necessidade de "estarmos atentos" à evolução dos acontecimentos. Acusou o Primeiro Ministro de ter "posto o país de joelhos perante as autoridades comunitárias e a senhora Merkel" - nomes a que os manifestantes reagiram com uma grande vaia -, mas denunciou também um "PSD ansioso por chegar ao poder":

"As políticas do PS e do PSD são exactamente as mesmas e só visam aprofundar políticas sociais desastrosas, com mais privatizações no ensino e na saúde e mais exploração do trabalho."

"As nossas preocupações são o emprego, a precariedade, a situação dos pensionistas e reformados, dos jovens", disse. "A presente situação do mercado de trabalho é insustentável. Nós lutamos pelo reforço do Estado social e não pela sua destruição. E não precisamos do congelamento das pensões, mas de uma política de distribuição mais justa da riqueza."

Unidade, acção, confiança

Perante os muitos milhares de pessoas que desceram a Avenida até aos Restauradores, Manuel Carvalho da Silva garantiu que o movimento sindical não vai baixar os braços: "Se as medidas agora anunciadas pelo Governo Sócrates fossem executadas, provocariam maiores desigualdades sociais e recessão".

"Comprometemo-nos a reforçar a luta, através da unidade de acção de todos os trabalhadores", destacou o Secretário Geral da CGTP-IN.

JPO

Ainda a Tempo

Conferência do Superior: *1 e 2 de Julho, em Lisboa*

Lembrando que o ensino superior "tem também hoje muitos problemas" - e citou, como exemplos, o financiamento e o papel das fundações, a precariedade laboral e a avaliação - Mário Nogueira revelou em conferência de imprensa que a FENPROF vai realizar nos dias 1 e 2 de Julho próximo, em Lisboa, uma Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação.
Participarão na iniciativa delegados e convidados oriundos de todo o país e de diferentes instituições do universitário e do politécnico.
Chamamos a atenção dos leitores interessados para os artigos que a edição de Março do "JF" dedica à actualidade do ensino superior.

Notícias

Secundária Vitorino Nemésio em acção…

O departamento de Línguas Românicas, da Escola Secundária Vitorino Nemésio, da Praia da Vitória, promove, pelo segundo ano consecutivo, um concurso de produção escrita no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher. Este ano, subordinado ao tema «A Mulher no século XXI», o concurso destina-se às alunas e alunos do ensino secundário e pretende reflectir sobre temáticas em análise na sociedade contemporânea.

Para além deste concurso, o programa de actividades inclui um monólogo, dramatizado por docentes do departamento, que terá como finalidade prestar uma homenagem simbólica à Mulher.

Ainda no âmbito do Plano Anual de Actividades 2010/11, deste departamento, está agendada a semana do Teatro, entre 28 de Março e 1 de Abril, com diversas representações das peças: «Auto da Barca do Inferno», de Gil Vicente, por alunos do 9.º ano, a cargo das docentes Ana Paula Pinheiro e Natividade Velez; «Auto da Índia», adaptação do texto de Gil Vicente, pelos alunos da turma PC, curso Técnico Administrativo, nível III, 3.º ano e, ainda, «O menino que escrevia versos», adaptado do conto homónimo de Mia Couto, também pela turma PC, sob orientação da professora Paula Cotter Cabral.

Esta actividade conta ainda com a participação dos docentes Juvenal Castro, Sónia Bárbara e Rita Fernandes, do departamento de Artes e Tecnologias, responsáveis pelos cenários, indumentária e divulgação artística.

Paula Cotter Cabral,
professora da esvn, grupo 300

Exposição / Pintura

Museu de Angra do Heroísmo apresenta exposição de pintura de Carlota Monjardino

Está patente ao público, na Sala Dacosta do Museu de Angra do Heroísmo, uma exposição de pintura, com trabalho de Carlota Monjardino. O certame inclui mais do que uma dezena de quadros em que avultam impressões voláteis, esfumadas e imprecisas no seu contorno, mas de singular eficácia expressiva, que constituem depuradas representações abstractas de uma comovida e reverencial empatia entre a artista e a natureza.

Livro

Realizou-se, no passado dia 2 de Março, no auditório da escola Tomás de Borba, na ilha Terceira, o lançamento da 2.ª edição do livro "***Açores – QUEM SOMOS/PORQUE SOMOS***", da autoria de Maria Orísia Melo e Conceição Melo Cabral. A obra foi apresentada pelo ilustre Dr. Álvaro Monjardino e presidiu à sessão a vice-presidente do Conselho Executivo, Dra. Emília Lima, que muito contribuíram para o êxito alcançado.

No mesmo dia, as autoras apresentaram o livro a duas turmas do 3.º ano de escolaridade, o que, no entender do pessoal docente presente, foi um êxito, porque os alunos participaram activamente, mostrando grande interesse no teor dos conteúdos tratados (para além do enquadramento geral, foram referidas as características das 9 ilhas – ilha por ilha), o que em si mesmo é revelador da pertinência deste livro como instrumento pedagógico para professores e alunos dos diferentes ciclos de ensino.

O sucesso alcançado com este trabalho, cuja 1.ª edição foi lançada no passado dia 9 de Dezembro, na Universidade dos Açores, deve-se ao facto de o conhecimento dos Açores estar compilado numa única obra, com rigor científico, numa linguagem acessível e com uma ilustração apelativa. É um livro de consulta permanente, por contemplar um conhecimento abrangente do arquipélago, de forma sequenciada e em interligação com o todo nacional, e pelos seus anexos temáticos, cronologicamente apresentados.

A crítica à obra tem sido muito positiva, por parte de professores e demais leitores, considerando-a uma mais- valia para o processo de ensino-aprendizagem e uma forma estimulante e cativante para o conhecimento destas "ilhas de bruma". As autoras consideram que atingiram o objectivo a que se propuseram, reconhecendo que o seu trabalho é um subsídio para o conhecimento e divulgação dos Açores, quer do seu espaço físico, quer das suas vivências e maneiras de ser e estar, justificando assim o nome atribuído à obra.

Está no horizonte das autoras, no que concerne à sua divulgação, levar a obra às ilhas do grupo ocidental e atravessar as fronteiras para os espaços onde os açorianos se fixaram e se afirmaram.

Não queremos uma avaliação que:

= Desvalorize o conceito de avaliação formativa

= Seja excessivamente burocrática

= Assente no preenchimento de grelhas de avaliação cujos descritores potenciem a subjectividade do avaliador

= Se baseie na desconfiança gratuita relativamente ao trabalho dos docentes

= Gere conflitos contraproducentes

= Atribua ao desempenho avaliado com a menção de *Regular* uma valoração que, muito embora positiva, impeça a progressão na carreira

DEFENDEMOS:

= Uma Avaliação no final de cada escalão

= Uma Avaliação bienal para os contratados

= Uma Avaliação com observação de aulas somente em situações que indiciem má prática pedagógica ou para menções superiores a *Bom*

= Uma Avaliação efectivamente formativa e cooperativa

= Uma Avaliação que não seja burocrática

= Uma Avaliação que não seja desestabilizadora do normal funcionamento das escolas

Rever a Avaliação JÁ!

região açores

www.spra.pt | sindicato dos professores da região açores

FENPROF

região açores
www.spra.pt
REVER
A AVALIAÇÃO
JÁ!
FENPROF
sindicato dos professores da região açores